



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Brasília/DF, CEP 70053900
Telefone: (61) 2027-7000 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.mdic.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 52006.100551/2018-53

Para a elaboração do presente Termo de Referência foi utilizado o modelo da AGU do tipo PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, SEI nº 0414191.

Ressalta-se que do modelo, foram **excluídos** os seguintes itens:

Item	Justificativa
7. UNIFORMES	Não se aplica pois não há necessidade de utilização de uniforme.
8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS	A contratada não irá fornecer nenhum tipo de material.
10. VISTORIA	Devido a natureza da contratação não há vistoria a ser realizada. Os estagiários são acompanhados pelos supervisores de estágios.

Os itens 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 do presente Termo de Referência não faziam parte do modelo, no entanto foram adicionados por se tratarem essenciais ao objeto da contratação.

1. OBJETO

1.1. A contratação de agente de integração, público ou privado, para a prestação de serviços destinados à operacionalização do programa continuado de estágio de estudantes no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	VL. UNIT MÁXIMO POR ESTAGIÁRIO R\$ (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)
1	Contratação de Agente de Integração, visando atender estudantes de educação superior, ensino médio, de educação profissional ou de educação especial, vinculados à estrutura do ensino público e privado, para preenchimento de oportunidades de estágio no âmbito do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, mediante pagamento de taxa de administração por estudante.	R\$ 34,58

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo é de oferecer a estudantes de educação superior, de educação profissional e de ensino médio a oportunidade de obter a experiência necessária para a formação profissional. Propiciar aos referidos estudantes uma complementação de ensino e aprendizagem para o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, mediante a participação em programa de estágio de estudantes nas diversas áreas deste MDIC.

2.2. Desde 2011, por meio da Portaria nº 7, de 29/04/2011 (SEI nº 0309991) da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, este Ministério desenvolve o Programa Continuado de Estágio de Estudantes que considera o estágio ato educativo escolar, cujo objetivo é o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

2.3. Além disso, o Agente de Integração é responsável pelo recrutamento de candidatos a estágio através de contratos/convênios com as instituições de ensino público e privado, para atender à demanda de estagiários, mantendo as condições e requisitos exigidos pela legislação em vigor.

2.4. Hoje o MDIC não possui corpo técnico, nem expertise para realizar o serviço objeto da contratação.

2.5. Ademais, o Agente de Integração assume a responsabilidade civil pela eventual contratação de estagiário em desacordo com a legislação vigente, bem como é responsável pela contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, desonerando o Ministério e minimizando os riscos.

2.6. Assim, a manutenção da contratação do Agente de Integração para Estágio de Estudante é instrumento essencial previsto no planejamento do Ministério.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Trata-se de serviço comum disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, de modo que permita a decisão com base no menor preço nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 4º do Decreto nº 5.450/2005.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços do Agente de Integração se dará nos termos no Art 5º da Lei 11.788 de 25/09/2008:

" Lei nº 11.788/2008

.....

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular."

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. O dimensionamento do número de contratações de estagiários foi feito com base no quantitativo total da força de trabalho do MDIC e aplicando-se os percentuais previstos no art. 7º da Orientação Normativa nº 2 de 24/06/2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Força de Trabalho	20%	Nível Superior	Nível Médio	Educação Profissional
1.361	273	137	68	68

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos exigidos no item 15 deste Termo de Referência e nos termos da Lei nº 11.788 de 25/09/2008.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Trata-se de serviço de natureza continuada podendo se estender por mais de um exercício financeiro, pois sua interrupção compromete o desenvolvimento de procedimentos administrativos relacionados com a contratação e acompanhamento de atividades de estágio, sendo sua continuidade imprescindível à ampla efetividade na execução e acompanhamento do programa de estágio de estudantes deste Ministério.

7.2. A atuação da CONTRATADA se dará com fiel observância às especificações e prazos estipulados, em conformidade obrigatoriamente com os preceitos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, do Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018 e da Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.3. Ao assinar o contrato com o MDIC, a CONTRATADA assumirá, de imediato, a gestão dos estagiários que já estejam em atuação no Ministério. O MDIC fornecerá a relação dos estagiários ativos na data de assinatura do contrato ao vencedor do procedimento licitatório.

7.4. São objetivos específicos do Programa de Estágio do MDIC:

7.4.1. Proporcionar a complementação educacional de discentes, para as práticas voltadas à formação educacional;

7.4.2. Propiciar ao estagiário ambiente apropriado à aplicação dos conhecimentos teóricos, com a participação na execução das tarefas que compõem as atribuições regimentais das unidades administrativas do MDIC onde estiver prestando o estágio.

7.4.3. Favorecer a obtenção de conhecimento técnico pelo estudante sobre o contexto organizacional e as questões sociais que envolvem a área, favorecendo uma compreensão maior e melhor do papel da cidadania; e

7.4.4. Dinamizar as atividades do MDIC mediante a integração entre servidores públicos e estagiários.

7.5. Trata-se de serviço comum disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, de modo que permita a decisão com base no menor preço

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Deverá ser apresentado, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado ou estar realizando serviço pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com objeto da licitação, de forma satisfatória;

8.2. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) Atestado(s) que expressamente certifique(m) que a empresa licitante já executou pelo menos 50% (cinquenta por cento) do objeto desta licitação, devendo ser considerado o valor inteiro imediatamente superior para o caso de a porcentagem indicada resultar em valor fracionado.

8.3. A empresa licitante poderá apresentar tantos atestados de aptidão técnica quantos julgar necessários para comprovar que já executou objeto semelhante ao da licitação, destacando-se a necessidade desse(s) Atestado(s) demonstrar(em) que o interessado executou anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.

9. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

9.1. A gestão do contrato será feita pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

9.2. A comunicação entre o Órgão e o Agente de Integração se dará por meio de e-mail, telefone, correspondência e pessoalmente.

10. DAS VAGAS

10.1. O Programa de Estágio do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços conta com a possibilidade de oportunizar 273 (duzentos e setenta e três) vagas de estágios, sendo 137 (cento e trinta e sete) para nível superior, 68 (sessenta e oito) para nível médio e 68 (sessenta e oito) estagiários de educação profissional, distribuídas conforme necessidade interna e atividades precípuas de cada unidade.

10.2. Nos termos da Orientação Normativa SEGE/MP nº 2/2016, o quantitativo de estagiários corresponderá a 20% (vinte por cento) da força de trabalho do MDIC, observada a dotação orçamentária.

10.3. Ressalte-se que essas vagas são autorizadas e condicionadas pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

10.4. Nos termos da Lei nº 11.788/2008, estão asseguradas as vagas direcionadas aos portadores de deficiência, totalizando em 10% das vagas oferecidas pelo Programa.

10.5. A oferta de bolsas de estágio ficará condicionada à existência de vagas de estágio abertas pelas unidades do MDIC.

11. DO VALOR DA BOLSA AUXÍLIO

11.1. Os valores das bolsas de estágio para fins de cálculo do pagamento mensal ao Agente de Integração, estão definidos no Anexo I da Orientação Normativa SEGE/MP nº 2/2016, conforme tabela abaixo:

VALORES DA BOLSA-ESTÁGIO			
Nível médio - 4h	Nível médio - 6h	Nível superior - 4h	Nível superior - 6h
R\$ 203,00	R\$ 290,00	R\$ 364,00	R\$ 520,00

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. O pagamento deverá ser efetuado ao Agente de Integração, mensalmente, conforme demanda efetivamente executada, após conferência, mediante a apresentação das Notas Fiscais, que deverão conter o detalhamento dos serviços executados.

12.2. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo servidor designado deverá ser de até 10 dias úteis após o recebimento pela contratante da Nota Fiscal/Fatura.

12.3. O pagamento será creditado em favor do Agente de Integração por meio de ordem bancária de pagamento, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, número da agência e o número da conta corrente.

12.4. O pagamento, conforme disposto nos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93, não será superior a 10 (dez) dias úteis, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

12.5. A Taxa de Administração corresponde ao custeio das despesas necessárias à realização do objeto, incluindo as despesas administrativas/operacionais (energia elétrica, pessoal, condomínio, telefone, aluguel, postagem, despesas bancárias, material de escritório, etc), as despesas com pagamento do Seguro de Acidentes Pessoais do estagiário, as despesas com o recrutamento, seleção e acompanhamento de estagiários, os fretes, os tributos, as tarifas e todas as despesas da execução do objeto.

12.6. O Contratado perceberá pelos serviços prestados, mensalmente, valor fixo pré-determinado, por estagiário, considerando as vagas efetivamente ocupadas.

12.7. O MDIC não está obrigado ao preenchimento total das vagas disponibilizadas para estágio, uma vez que tal preenchimento está condicionado ao seu interesse e a sua disponibilidade orçamentária e financeira.

12.8. O quantitativo de estagiários do mês de referência será verificado no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

12.9. Se houver diferença entre o valor apurado pelo Contratante e o valor faturado pelo Contratado, essa poderá ser compensada no pagamento do mês subsequente.

12.10. O valor anual a ser pago ao Contratado pela prestação dos serviços, será o valor anual estimado de R\$ 113.284,08 (cento e treze mil duzentos e oitenta e quatro reais e oito centavos), perfazendo o valor total estimado de R\$ 566.420,40 (quinhentos e sessenta e seis mil quatrocentos e vinte reais e quarenta centavos) para o período de 60 (sessenta) meses, conforme demonstrativo abaixo:

ITEM	QUANTITATIVO MÁXIMO DE ESTAGIÁRIOS	VL. UNIT MÁXIMO POR ESTAGIÁRIO R\$ (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO EM R\$ (VALOR DO CONTRATO)
ESTAGIÁRIO	273	R\$ 34,58	
VALOR MENSAL ESTIMADO			R\$ 9.440,34
VALOR ANUAL ESTIMADO			R\$ 113.284,08
VALOR GLOBAL ESTIMADO (60 MESES)			R\$ 566.420,40

13. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

13.1. Os estágios serão realizados, exclusivamente, nas dependências do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em Brasília/DF, compreendendo os endereços:

13.1.1. Esplanada dos Ministérios, Bloco J;

13.1.2. Setor de Autarquia Sul, Qd 02, 1/A.

14. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. A execução dos serviços será iniciada em 03/12/2018.

14.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços mais vantajosos para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses, conforme estabelecido no inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

15.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

15.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

15.6. Identificar e quantificar as vagas de estágio a serem preenchidas, conforme as disposições da legislação vigente, solicitando à CONTRATADA o encaminhamento de candidatos a vagas de estágio, prestando as seguintes informações: (i) número de vagas a serem preenchidas; (ii) nível de escolaridade exigido; (iii) conhecimentos exigidos; (iv) atividades a serem desenvolvidas; (v) jornada diária; e (vi) valor da bolsa mensal de estágio.

15.7. Realizar as entrevistas dos candidatos selecionados pelo Agente de Integração;

15.8. Informar ao Agente de Integração os candidatos aprovados nas entrevistas de seleção, com vistas à assinatura do 'Termo de Compromisso de Estágio - TCE';

15.9. Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, conjuntamente com a CONTRATADA, a Instituição de Ensino e o Estudante, ou o responsável, no caso de estudante menor de idade;

15.10. Alocar o estagiário na unidade administrativa do Ministério onde serão desempenhadas as suas atividades;

15.11. Fornecer Crachá de Identificação para o Estagiário;

15.12. Fornecer manual de instruções de estágio para o Estagiário;

15.13. Possibilitar à CONTRATADA a supervisão administrativa do Programa de Estágio;

15.14. Indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

15.15. Solicitar à CONTRATADA a substituição de estagiários, que não consigam adequar-se às normas reguladoras do Programa Continuação de Estágio do MDIC e às atividades que lhe forem atribuídas pelo supervisor de estágio, em conformidade com o Plano de Atividades;

- 15.16. Custear mensalmente as despesas relacionadas à taxa de administração deste contrato;
- 15.17. Efetuar, até o quinto dia útil do mês subsequente, via Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, os pagamentos mensais aos estagiários, aí compreendidos o valor da bolsa de estágio e o valor mensal relativo ao auxílio-transporte, descontando desses valores o correspondente a faltas ocorridas no período, de acordo com a legislação vigente;
- 15.18. Enviar ao Agente de Integração, para encaminhamento à instituição de ensino, os relatórios de atividades semestrais, com vista obrigatória ao estagiário;
- 15.19. Manter atualizado no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE o número total de estudantes aceitos como estagiários, níveis superior e médio;
- 15.20. Proporcionar condições ambientais adequadas para o desenvolvimento das atividades do estagiário;
16. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 16.1. Executar e cumprir fielmente o contrato de modo a que os serviços avançados sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- 16.2. Recrutar os candidatos a estágio, em quantidade suficiente e atendendo o perfil das vagas solicitadas pelo MDIC;
- 16.3. Celebrar e manter contratos/convênios com as instituições de ensino público e privado, em quantidade suficiente para atender à demanda de estagiários aqui estimada, mantendo as condições e requisitos exigidos pela legislação em vigor;
- 16.4. Observar se a Instituição de Ensino do estudante selecionado possui autorização de funcionamento e é reconhecida pelo Ministério da Educação;
- 16.5. Encaminhar currículos de estudantes na área demandada pelo MDIC, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da solicitação de recrutamento, em número mínimo de 3 (três), para cada vaga oferecida;
- 16.6. Informar ao estudante recrutado para a vaga, através de e-mail com Termo de Ciência, de que caso ele já esteja em outro estágio e seja selecionado para a vaga, deverá optar por um dos estágios, nos termos na Lei 11788, de 25/09/2008;
- 16.7. Encaminhar estudantes portadores de deficiência, compatível com o estágio a ser realizado, para fins de cumprimento de reserva de vagas conforme prevê a legislação vigente;
- 16.8. Observar a prioridade de encaminhamento de estudantes de nível superior contemplados pelo Programa Universidade para Todos - ProUni e pelo Programa de Financiamento Estudantil - FIES;
- 16.9. Elaborar o Termo de Compromisso, do qual deverão constar as seguintes informações:
- 16.9.1. identificação do estagiário, do curso e seu nível acadêmico;
- 16.9.2. qualificação e assinatura dos contratantes ou convenientes;
- 16.9.3. indicação expressa de que o Termo de Compromisso de Estágio decorre de contrato ou convênio;
- 16.9.4. menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;
- 16.9.5. valor da bolsa-estágio, quando houver;
- 16.9.6. vedação expressa à possibilidade de qualquer espécie de cobrança ou desconto pelo agente de integração na bolsa estágio;
- 16.9.7. a carga horária semanal compatível com o horário escolar;
- 16.9.8. observar a duração máxima do estágio que é de 2 anos no órgão;
- 16.9.9. obrigação de apresentar relatórios semestrais e finais ao dirigente da unidade onde se realiza o estágio, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhes foram cometidas;
- 16.9.10. assinatura do estagiário, do responsável pelo órgão ou entidade e da instituição de ensino;
- 16.9.11. assinatura do representante ou assistente legal do estagiário, quando houver;
- 16.9.12. condições de desligamento do estágio;
- 16.9.13. menção do contrato a que se vincula o estudante, e do convênio ao qual se vincula a parte concedente e a instituição de ensino;
- 16.9.14. indicação nominal do professor orientador da área objeto de desenvolvimento, a quem caberá avaliar o desempenho do estudante no estágio;
- 16.9.15. indicação nominal Supervisor de estágio no Órgão, mencionando a Unidade que se dará o estágio; e
- 16.9.16. indicação de que o estudante somente terá a carga horária do estágio reduzida pelo menos à metade nos dias de verificações periódicas ou finais, condicionada à apresentação de declaração emitida pela instituição de ensino.
- 16.10. Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, que deverá constar no TCE;
- 16.11. Oferecer, por meio de cursos/palestras presenciais ou à distância, oportunidades de capacitação aos estagiários e supervisores de estágios do MDIC;
- 16.12. Operacionalizar o programa de estágio em obediência às determinações contidas na legislação vigente, junto ao

MDIC, à Instituição de Ensino e ao Estudante;

- 16.13. Orientar quanto aos aspectos técnicos e pedagógicos do estágio;
- 16.14. Informar ao MDIC, por escrito, qualquer irregularidade que venha a ocorrer na situação escolar do estudante que o impossibilite de prosseguir no estágio;
- 16.15. Cumprir e observar o cumprimento da legislação vigente e alterações, pelo estudante e pela instituição de ensino;
- 16.16. Apresentar ao MDIC, até o quinto dia útil de cada mês, nota fiscal com os valores referentes à taxa de administração do presente contrato;
- 16.17. Manter, um supervisor administrativo nas dependências do MDIC, responsável por: Monitorar a inclusão, exclusão e renovação dos estagiários; Convocar estudantes e programar a substituição de estagiários, antecipando a etapa de entrevistas; Comunicar ao MDIC e ao estagiário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a previsão de encerramento dos Termos de Compromisso para fins de análise da pertinência da renovação; Efetuar contatos com os supervisores de estágio, sob orientação do MDIC; Mediar junto às partes às questões que surgirem com relação ao cumprimento e execução do contrato;
- 16.18. Fornecer todos os subsídios necessários à CONTRATANTE para que seja elaborada a folha de pagamentos dos estagiários;
- 16.19. Manter sítio na internet em que sejam disponibilizados serviços como: identificação dos estagiários ativos, período de vigência dos estagiários ativos, período de vigência dos contratos de estágio, atividades previstas no estágio, nome do supervisor, carga horária, valor de bolsa auxílio;
- 16.20. Abster-se de divulgar, sem autorização por escrito do MDIC, quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 16.21. Consultar o fiscal do contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos sobre a execução do contrato, submetendo-lhe, em tempo hábil, quaisquer situações que venham a exigir a adoção de medidas preventivas ou corretivas;
- 16.22. Substituir os estagiários que, por qualquer motivo, não satisfizerem as condições requeridas, a critério do MDIC, e os que se afastarem por motivo de rescisão do Termo de Compromisso de Estágio, devendo o encaminhamento de currículos ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- 16.23. Orientar o estagiário a zelar pela guarda e pela boa conservação dos bens móveis, utensílios e equipamentos de propriedade do MDIC;
- 16.24. Fornecer declarações solicitadas pelos estudantes;
- 16.25. Manter atualizados endereço e dados bancários para efetivação de pagamentos, comunicando ao MDIC, por escrito, as alterações;
- 16.26. Manter atualizados o(s) endereço(s), o(s) número(s) de telefone(s), de fac-símile (fax) e e-mails para contato com o supervisor (es) responsável (is) pela execução dos serviços no MDIC;
- 16.27. Responsabilizar-se civilmente se indicar estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.
- 16.28. Assumir, de imediato, a gestão dos estagiários que já estejam em atuação no Ministério.
- 16.29. Possuir estrutura para atendimento presencial em Brasília/DF.
- 16.30. Promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.
- 16.31. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 16.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 16.33. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 16.34. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 16.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 16.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 16.37. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 16.38. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

16.39. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.40. Cumprir as determinações contidas na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como as determinações de Lei que vier a substituí-la.

17. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

19.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

19.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

19.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados na Instrução Normativa nº 05/2017, quando for o caso.

19.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

20. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

20.1. Por se tratar de prestação de serviço continuado o recebimento definitivo do objeto se dará no dia de entrada em vigor do contrato.

21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

21.1.1. Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Instrumento Contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do Instrumento, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o artigo 4º, inciso XIV da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e das demais cominações legais.

21.1.2. Pela inexecução total ou parcial, de qualquer natureza, do objeto do instrumento, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada às seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

21.1.2.1. **Advertência escrita:** quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

21.1.2.2. **Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento)**, calculada sobre o valor global da contratação, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso no fornecimento do caracterizando inexecução parcial;

21.1.2.3. **Multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento)** do valor da Nota Fiscal/Fatura que foi constatada a falta;

- 21.1.2.4. **Multa de mora no percentual correspondente a 2%** (dois por cento) sobre o valor da nota Fiscal/Fatura que foi constatada a falta, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias do prazo estabelecido para adimplemento da obrigação;
- 21.1.2.5. **Multa no percentual de até 5%** (cinco por cento), calculada sobre o valor global da contratação, quando da inadimplência por período superior a 5 (cinco) dias do prazo estabelecido para adimplemento da obrigação ou quando julgado cabível pela Administração em caso de outras condutas passíveis de multa;
- 21.1.2.6. **Multa no percentual de 10%** (dez por cento), calculada sobre o valor global da contratação, que poderá ensejar a rescisão contratual;
- 21.1.2.7. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 21.1.2.8. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 21.2. As sanções aqui previstas são independentes entre si, sendo que as sanções previstas nos subitens 18.1.2.2. a 18.1.2.6. podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente com as demais sanções, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a critério da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 21.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
- 21.4. A sanção estabelecida no subitem 18.1.2.8 é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 21.5. A reincidência em condutas faltosas, independente da gravidade, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades atribuídas às condutas imediatamente de maior gravidade.
- 21.6. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo MDIC, respeitado o encerramento do prazo para defesa prévia e manifestação da Contratada.
- 21.7. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.
- 21.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 21.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso da aplicação da penalidade descrita no subitem 18.1.2.7. a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no instrumento e das demais cominações legais.
- 21.10. Em qualquer caso, a CONTRATADA deverá arcar com todos os procedimentos necessários à solução do problema.
- 21.11. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.11.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.11.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.11.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.15. A CONTRATADA incorrerá em multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação no caso de desistir de prorrogar a vigência contratual após ter dado sua anuência por escrito sobre o interesse na prorrogação, desde que a desistência não seja motivada por circunstâncias alheias a sua vontade.
- 21.16. A aplicação das sanções pelo MDIC seguirá o rito instituído pela Portaria nº 334, de 23 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 247, seção I, p. 69-70.

ANEXO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

(nos termos do Anexo V-B da IN nº 05/2017)

Avaliação dos serviços prestados pelo Agente de Integração para operacionalização do programa continuado de estágio de estudantes no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Indicador	
Pagamento ao agente de integração pelo número de estagiários ativos	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que o pagamento do agente de integração seja efetuado de acordo com o número de estagiários efetivamente ativos no mês.
Meta a cumprir	O agente de integração deverá encaminhar ao MDIC, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a relação dos estagiários ativos no mês.
Instrumento de medição	Conferência por meio do SIAPE da relação de estagiários remetidos pelo agente de integração.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Para cada estagiário ativo será aplicada a taxa de administração.
Início da Vigência	Data de assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Se houver divergência na quantidade de estagiários relacionados no mês pelo agente de integração, e o registro do SIAPE, será solicitada a correção.
Sanções	Será pago somente pela quantidade de estagiários comprovados pelo SIAPE.
Observações	

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELLI KANYO DE QUEIROZ, Coordenador(a)-Geral**, em 17/10/2018, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GERALDA RAMOS DA ROCHA, Coordenador(a)**, em 17/10/2018, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maria Rampani, Chefe de Serviço**, em 17/10/2018, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAVENA OLIVEIRA CAVALCANTE CARVALHO, Agente Administrativo**, em 17/10/2018, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.mdic.gov.br/validador>, informando o código verificador **0437270** e o código CRC **D012E036**.